

**MERCADO INFORMAL EM FEIRA DE SANTANA BA:  
ORDENAMENTO TERRITORIAL E SUBSISTÊNCIA DOS CAMELÔS  
NA AVENIDA SENHOR DOS PASSOS**

PEREIRA, Janaina Paixão<sup>1</sup>

Universidade Estadual de Feira de Santana

paixãojanaina31@gmail.com

**RESUMO:**

O presente artigo tem como objetivo analisar a dinâmica do mercado informal e sua contribuição para o ordenamento territorial na Avenida Senhor dos Passos em Feira de Santana, Bahia, e as ações dos camelôs para garantir a sua subsistência nesse ambiente. Ao longo do texto aborda-se, sobretudo, a questão do ordenamento territorial promovido no espaço urbano da cidade, as manifestações nas ruas como luta dos camelôs para garantir sua permanência nesse espaço. Buscando, compreender a perspectiva de que o mercado informal influencia diretamente na organização comercial da cidade. A metodologia utilizada consistiu em uma análise bibliográfica e uma pesquisa investigativa em sites e revistas online. Logo, o estudo buscou, através das pesquisas e análises mostrar a importância dos camelôs para a economia local destacando as precariedades enfrentadas por essa categoria, pois, a proposta de ordenamento promovida pela gestão municipal em parceria com empresa privada não favoreceu essa classe.

Palavras-chave: Mercado Informal. Camelôs. Ordenamento territorial.

GT- 04: Economia urbana, trabalho, comércio e consumo.

**INTRODUÇÃO**

O presente artigo é fruto do relatório de iniciação científica vinculado ao Projeto de Pesquisa Camelôs em Feira de Santana (BA): Ordenamento Territorial e desenvolvimento local desenvolvido pela Universidade Estadual de Feira de Santana, e a Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da instituição. Foi elaborado seguindo a análise ao longo do período de

---

<sup>1</sup> Graduanda em Geografia e bolsista no Programa Estágio Voluntário de Iniciação Científica.

<sup>2</sup>Orientadora: Profa Dra Alessandra Oliveira Teles, Professora Adjunto do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da UEFS.

iniciação científica entre 2020 e 2021, a partir de levantamento bibliográfico e investigação e análises em sites locais e regionais, pois, em decorrência da pandemia do COVID-19, não foi possível realizar a pesquisa em campo, além de elaboração de tabelas, quadros e a construção do presente texto.

Para iniciar a discussão acerca do tema proposto é necessário a realização do estudo referente ao conceito de mercado de trabalho formal e informal. Dessa forma, o primeiro se refere ao trabalho regulamentado pela legislação o qual recebe todos os direitos impostos para a classe trabalhadora e o segundo surge no contexto de desemprego, onde os trabalhadores que não possui qualificação e não atende as perspectivas do mercado formal acaba por optar por esse setor, se inserindo nas ruas como vendedores ambulantes ou camelôs (CACCIAMALLI(1983), CHAHAD (1998), MATTOSO (1999)).

Neste contexto, se faz necessário a realização de uma análise sobre a dinâmica do mercado informal no centro urbano da cidade de Feira de Santana. Ressaltando que o comércio é a base econômica da cidade, se tornando responsável pela organização espacial e socioeconômica. Deve-se destacar que a cidade encontra-se localizada em um ponto estratégico apresentando, assim, um alto fluxo de circulação de pessoas, mercadorias e capital, favorecendo a relação de compra e venda.

O município de Feira de Santana está localizado no estado da Bahia e sua sede está situada a 109 km de Salvador, capital baiana. O comércio é a base econômica da cidade e é destaque na geração de emprego e renda. Deve-se ressaltar que, a cidade é representação no cenário regional e nacional quando se trata de comercialização e industrialização e vem apresentando um crescimento contínuo de lucratividade econômica.

Entretanto, sabe-se que os lucros obtidos são apropriado apenas pela parte detentora dos meios de produção o que leva a classe trabalhadora a exercer sua mão de obra no setor formal do trabalho e os que não estão inseridos nesse espaço, passam a buscar no trabalho informal os meios para a sua sobrevivência exercendo suas atividades de forma negligenciada nas ruas, espalhados por toda parte da cidade, vivenciando situações precárias e permanecendo por períodos longos às margens do crescimento e desenvolvimento do setor econômico, como ocorre com os camelôs e vendedores ambulantes, que por anos encontravam nos espaços do centros da cidade, ambientes de grandes circulação de pessoas e capital, que leva a prática de compra e venda, os meios de subsistência.

Nesse contexto, deve-se destacar a relevância desse estudo que tem por objetivo analisar a dinâmica do mercado informal e como o mesmo contribui para o ordenamento territorial e a luta dos camelôs para garantir a subsistência na avenida Senhor dos Passos em Feira de Santana BA. Para aprofundar melhor a discussão acerca da informalidade dos camelôs, assim como o locus de trabalho e mercado informal, faz-se necessário o estudo da categoria de ordenamento territorial e território.

A Geografia, assim como as outras ciências, possui um objeto de estudo que é o espaço geográfico. Dentro deste, encontram-se as subcategorias que compõem o espaço, tais como, território. O qual segundo Souza (2001), pode ser definido por um espaço delimitado e apropriado por e a partir de uma relação de poder. A cidade por sua vez torna-se um território apropriado e utilizado por diversos agentes de formas diferenciadas, o mesmo, é alvo de diversas disputas e conflitos pelos agentes que estão inseridos na sua dinâmica espacial.

O território não é um espaço neutro, logo, traz em sua face várias possibilidades as quais favorecem a classe dominante e seus interesses capitalistas e permite que a classe menos favorecida se manifeste pela falta de recursos ou poder. Nesse contexto, surgem as disputas por determinado grupo sobre determinado território, como ocorre no centro de Feira de Santana onde, os governantes locais com base nos seus interesses, querem usar do poder para retirar os camelôs do território o qual os mesmos estão inseridos.

Dentro do âmbito da discussão acerca de território, surge outro conceito fundamental para o estudo proposto: o de Ordenamento Territorial (OT). No Brasil a discussão sobre o OT é uma prática recente, e as políticas implantadas relacionadas a esse conceito tiveram início a partir de um cenário de mudanças no território brasileiro que por vezes estão inseridas no contexto de globalização.

As políticas relacionadas à OT no Brasil tiveram início após a constituição de 1988, e trouxe várias atribuições reduzindo o papel do governo federal, delegando mais autonomia para os estados e municípios, gerando vários conflitos entre as políticas propostas e as necessidades dos envolvidos. Portanto, os estudos referentes ao Ordenamento Territorial fazem-se necessários pois oferecem subsídios para situar a contribuição desse conceito nas diversas escalas geográficas. Serve ainda para explicar a escala local, como ocorre na cidade de Feira de Santana, com as práticas dos agentes políticos que são representadas pela gestão municipal, na materialização de suas ações.

Logo, definiu-se o seguinte problema: De que maneira a dinâmica do mercado informal, bem como, o trabalho dos camelôs e a luta deles pela garantia de subsistência contribui para o ordenamento territorial na Avenida Senhor dos Passos em Feira de Santana?

### **1. MERCADO INFORMAL NO BRASIL: CAMELÔS E VENDEDORES AMBULANTES**

Mercado de trabalho divide-se em formal e informal, segundo Cacciamalli (1983), Chahad (1998), Mattoso (1999) e Corrêa (2009) o mercado de trabalho formal é aquele que atende as relações casuais de trabalho que são regulamentados pela legislação, sendo considerado pelo conjuntos de trabalhadores que possui contrato jurídico, trabalham no setor público, os trabalhadores que são vinculados à previdência social os protegidos pelos seguro desemprego e pelo fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS).

Em relação ao mercado informal de trabalho o conceito é amplo, existindo uma variedade de definições que são utilizadas para os trabalhos existentes. No entanto, uma série de autores define como sendo aquele que possui o mínimo de intervenção do governo possível, não atendendo as legislações fiscais e trabalhistas, sem contratos registrados, sem tempo de duração e sem definição de funções, horas de trabalho, descanso semanal remunerado, entre outros. (CACCIAMALLI, 2000; CHAHAD, 1988; GREMAUD, VASCONCELLOS, TONETO JR, 2004; CORRÊA 2009)

No Brasil, a legislação tem como uma das suas exigências caracterizar o trabalho formal, o registro na carteira de trabalho. Logo, a ausência desse registro é um dos fatores que integra a informalidade no mercado de trabalho. Justificando assim, a opinião de diversos autores que considera a informalidade como reflexo da falta desse documento, falta de contribuição na previdência social e trabalho por conta própria. o autor ainda afirma a falta de assistência a esses trabalhadores informais, pela legislação, quando na verdade deveria ser ao contrário, pois estes trabalhadores encontram-se mais expostos e vulneráveis no que se refere a demissões, excessos de horas de trabalho, baixo salário e acidentes de trabalho.

Sabadini e Nakatani (2002), apresenta a mesma opinião em relação às peculiaridades vivenciadas pelos trabalhadores informais e a exclusão à benefícios que os trabalhadores formais têm direito através das leis trabalhistas. Incluindo as previstas em caso de demissões, pois faz com que os trabalhadores aceitem qualquer tipo de proposta de emprego e atendam a qualquer tipo de demanda por medo de perder o mesmo.

Na visão de Singer (2006) o mercado informal interfere no rendimento do trabalho formal. Para o autor, os autônomos passam a trabalhar mais horas do que as limitadas pelas leis, pois, eles ganham através do tempo de trabalho, ou seja, ganham mais se trabalharem mais horas. Isso por vez resulta em uma longa jornada de trabalho que leva a um número alto de demissões e com o aumento do número de excluídos o padrão salarial passa a ser conservado em nível baixo.

Beck (2000) apud Pastore (2000) chama atenção para o número crescente de pessoas qualificadas no mercado de trabalho informal. Como exemplo pode-se citar os professores, consultores, engenheiros, advogados e profissionais que trabalham nas condições de temporários. Segundo o autor, esses trabalhadores estão cada vez mais se distanciando do mundo do emprego e se instalando no do trabalho informal.

No que se trata da informalidade a partir do auto ocupação, Hirata e Machado (2007), concluem que independente do sexo os indivíduos podem entrar no mercado informal pelo histórico familiar, busca de jornada flexível de trabalho, pela oportunidade de ter uma melhor condição de ganhos quando comparado aos empregos assalariados de média e baixa ocupação e pelo controle do seu próprio negócio. Mas pode entrar na informalidade pela estratégia de sobrevivência, quando não consegue emprego formal e necessita de meios para garantir sua subsistência e passa até mesmo a exercer trabalhos de baixa produtividade.

O fator principal do grande número de pessoas entrarem para o mercado de trabalho informal é a pressão do desemprego, segundo Rodrigues (2007), esse é o fator poderoso, as pessoas desempregadas saem em busca de uma forma de sobrevivência ou sustento para sua família e encontra nesse setor um refúgio. O autor afirma ainda que aliada a pressão do desemprego se encontra a falta de assistência e credibilidade em relação aos sindicatos, fato esse que permite a contratação feita pelas empresas de funcionários através de acordos verbais, sem garantia, com baixos salários e tempo pré-determinado.

O desemprego como já foi citado é um dos principais fatores responsáveis pelo crescimento do setor informal. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desocupação no terceiro trimestre de 2020 foi de 14,6% havendo um aumento quando comparado ao ano de 2019 que no mesmo trimestre era de 11,8%. Nesse contexto, deve-se destacar que o Brasil assim como os outros países se encontra em meio a uma pandemia onde

se tem um nível de incerteza muito grande em relação ao desempenho econômico do país. Nesse cenário é notório a queda no nível de atividade econômica e o aumento do desemprego.

Portanto, o mercado de trabalho informal vem sendo uma alternativa de sobrevivência para os trabalhadores que não conseguem se inserir no mercado de trabalho formal, por diversos fatores. Deve-se ressaltar que o fato do aumento do número de ocupação nesse setor, deveria chamar a atenção do poder público para prestar assistência a essa classe, uma vez que, eles se encontram mais vulneráveis e vem sendo fundamental para economia, pois, o mercado informal também é responsável pela circulação de mercadoria e capital.

Neste contexto, a atividade dos camelôs como é visto hoje na sociedade teve sua origem na década de 1970, com o processo de reestruturação produtiva. Essa reestruturação ocasionou uma reorganização das relações de trabalho, que deu origem a uma série de pessoas desempregadas. Os camelôs se constituem como uma variação de atividade ambulante que se estabelece em um ponto fixo, diferente dos vendedores ambulantes que circulam com suas mercadorias. (RODRIGUES, 2008). Deve-se ressaltar que segundo Santos (2008) os camelôs são divididos em duas categorias: a dos vendedores de rua que possuem seu ponto fixo em calçadas e nos centros urbanos ou que circulam pelas ruas com suas mercadorias e os que se estabelecem pelos bairros.

Goularte (2008), ao estudar a atividade de camelô define o mesmo como vendedores ambulantes ou fixos que carregava suas mercadorias nas costas como os camelos no deserto. Segundo o autor, essa forma de transporte pode ser vista entre aqueles que realizam contrabando de mercadorias do Paraguai. Este se torna um marco desses sujeitos que, diferente dos comerciantes, vendem seus produtos com valores atrativos em razão da compra destituída e da ausência de pagamento de imposto dos produtos.

Ainda no que se refere a definição dos camelôs, pode-se entender que o mesmo é considerado “[...] um pequeno revendedor de mercadorias, ou até mesmo produtor das mesmas, faz parte do chamado setor informal, juntamente com trabalhadores autônomos em geral, estando ou não submetidos ao controle legislativo.” (SALVITTI et al 1999, p.2). Já Souza (2013), afirma que os camelos são indivíduos que possuem pontos estratégicos onde desenvolvem as suas atividades, seja ela em barracas, lençóis no chão ou tabuleiros.

Segundo Teles (2017), faz se necessário destacar a discussão de Pintaudi (2007), pois não é possível faz referência aos trabalhadores de rua como se todos fossem iguais uma vez que



segundo os autores se diferenciam não só pelos diferentes produtos comercializados como também pela “propriedade do ponto” em que estão estabelecidos. Uma vez que todos os trabalhadores possuem suas particularidades, seus produtos a serem comercializados e seus pontos de vendas, sejam eles nas ruas, nos centros ou nos bairros. Ressaltando que boa parte dos camelôs são encontrados nos centros urbanos em decorrência de ser um local com maior fluxo de pessoas.

Logo, a partir das leituras realizadas até aqui é notória a existência dos camelôs em todo o território brasileiro, em destaque nos grandes centros urbanos. No entanto, não existe regulamentação nacional para essa categoria, ficando à mercê do poder público municipal promover e articular ações para atender essa classe. Os camelôs são encontrados no dia a dia nas ruas e nos centros e faz parte da rotina de compra de boa parte da população que busca por mercadorias com preços atrativos.

## **2. BREVE DISCUSSÃO SOBRE TERRITÓRIO E ORDENAMENTO TERRITORIAL**

Haesbaert (1997) analisa o território a partir de diferentes vertentes, a jurídico- política onde ele afirma que o território é visto como um espaço delimitado e controlado, de caráter estatal que se exerce uma relação de poder; culturalista onde é priorizado as dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território é visto como produto de apropriação feita através da identidade social sobre o espaço; econômica, onde o território é visto como espaço de disputa entre classes sociais e da relação capital-trabalho.

Já Souza (2001) tem uma abordagem referente ao território mais política e cultural, o autor identifica nas metrópoles grupos sociais que estabelecem relações de poder formando territórios no conflito pelas diferenças culturais. O autor afirma ainda que o território é visto a partir de relação de poder que não se restringe ao estado e não se confunde com violência e dominação. Segundo o autor “todo espaço definido por e a partir de relações de poder é um território, do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da OTAN”. (SOUZA, 2001, p.11).

Para Santos (2002) o território se configura a partir das técnicas, meios de produção, pelos objetos e coisas, pelo conjunto territorial e pela dialética do próprio espaço. No entanto deve se ressaltar que em 2003, em sua obra Santos expõe a categoria território como: “[...] o nome político para um espaço no país”. É notória que a abordagem frente ao conceito de

território por esse autor é uma abordagem política e o território passa a ser formado no decorrer da história, com a apropriação humana sobre um conjunto de elementos pré-existentes. Deve-se ressaltar que além dos elementos políticos o autor destaca os elementos sociais, econômicos e culturais que são praticados através dos movimentos estabelecidos pela sociedade ao longo dos momentos históricos e desenvolvimento de técnicas, destacando o trabalho como um ponto forte para compreensão do território.

Neste contexto, a partir do entendimento acerca do conceito de território temos o conceito de ordenamento territorial que faz parte da categoria territorial. Deve-se destacar que esse conceito se encontra em evolução e transformação. Para entendimento sobre o mesmo tem-se a carta de ordenação territorial europeia que tem sido de maior aceitação no que se refere a ordenamento territorial. Segundo a carta:

O Ordenamento Territorial é a tradução espacial das políticas econômica, social, cultural e ecológica da sociedade. [...] O ordenamento do território deve ter em consideração a existência de múltiplos poderes de decisão, individuais e institucionais que influenciam a organização do espaço, o caráter aleatório de todo o estudo prospectivo, os constrangimentos do mercado, as particularidades dos sistemas administrativos, a diversidade das condições socioeconômicas e ambientais. Deve, no entanto, procurar conciliar estes fatores da forma mais harmoniosa possível. (Conselho da Europa, 1988, p.9 e 10)

Logo, entende-se pelo conceito abordado como uma tradução das políticas públicas explícitas na sociedade. No entanto, esse conceito não pode ser definido apenas através disso. Ele deve possuir uma finalidade e um objetivo e, de acordo com o dicionário de geografia, ele possui, sendo que:

O ordenamento do território corresponde, na maior parte dos casos à vontade de corrigir os desequilíbrios de um espaço nacional ou regional e constitui um dos principais campos de intervenção da Geografia aplicada. Pressupõe, por um lado, uma percepção e uma concepção de conjunto de um território e, por outro lado, uma análise prospectiva. (BAUD, BOURGEAT: BRAS, 1999, p.262)

Desse modo o ordenamento territorial tem como finalidade e objetivo analisar a situação existente em determinado território e a partir de ações modificar esse espaço de forma que atenda a todas as categorias existentes na sociedade a partir das ações das políticas públicas existentes.

Na América do Sul, segundo Ruckert (2004), o conceito de ordenamento territorial tem suas origens a partir das questões econômicas desenvolvidas pelo modelo desenvolvimentista que era estabelecido pela administração central que fazia uso de práticas centralizadas de



planejamento. Ele se aplica ao Brasil, segundo o autor ainda nos pós 30, o estado desenvolvimentista se instaura no início da década de 1990 devido os seguintes motivos explanados pelo autor:

Os anos 90 e o início do século XXI são tempos de globalização financeira e de industrializações crescentemente flexíveis, de sistemas territorializados de produção, de capitais sem compromissos com os lugares; de investimentos e desinvestimentos em mercados financeiros voláteis; de ameaças constantes aos Estados nacionais pelas intempéries financeiras; pelas desregulamentações unilaterais de mercado dos países do Sul e pelos novos protecionismos dos mercados dos países do Norte. (Rückert, 2004, n/p)

Esses fatores impulsionaram mudanças na estrutura do estado e na forma de ordenar o território, passando inclusive a haver flexibilização em relação ao próprio território. O que por vez valoriza a ideia de Santos (1994) que define território pela forma que ele é usado e pelas ações aplicadas sobre ele e não apenas território enquanto espaço físico, o que faz dele objeto de estudo. Frente a esse contexto, tanto o estado quanto o espaço sofrem modificações a partir da crescente flexibilização da economia. Lefebvre afirma, segundo Ruckert (2004):

A produção do espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que se instalam: estradas, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, autoestradas e rotas aéreas, etc. É, portanto um espaço material - natural - no qual se inscrevem os atos das gerações, das classes, dos poderes políticos como produtores de objetos e de realidades duráveis (LEFEBVRE, 1978, pg. 259; 261 citado por RÜCKERT, 2004, n/p).

Esses fatores definem novas características ao conceito de ordenamento territorial baseadas nas bases produtivas e na abertura do capital que passa por vez a provocar a descentralização territorial de políticas, competências e ações e cada município passa a desenvolver suas próprias políticas territoriais e seu ordenamento. No Brasil, a constituição brasileira adotou o princípio da ação cooperada entre os níveis de governo. Onde definiu, como aponta o artigo 21, inciso IX da constituição (BRASIL,1988):

Art. 21. Compete à União: IX - Elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;" E segundo o artigo 30, inciso VIII: "Art. 30. Compete aos Municípios: VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano; (BRASIL, 1988)

Logo, a partir da constituição que se deu o marco do ordenamento territorial, sendo constituído de forma efetiva anos após a partir da criação da Política Nacional de Ordenamento

Territorial (PNOT), que se consolidou em 2003, e possibilitou aos municípios a integrar suas políticas às políticas nacionais. Diante desse contexto, o planejamento conta com o ordenamento territorial, sendo a mesma considerada uma ferramenta fundamental para orientar as políticas, deve-se ressaltar a importância do entendimento acerca do conceito de território, pois tais políticas vão se adequar a realidade de cada local e território.

### **3. DINÂMICA DO ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA**

As cidades podem ser entendidas como espaço urbano, onde ocorre um conjunto de atividades econômicas, relações sociais, culturais. De acordo com Corrêa (1995), as cidades podem ser vistas como um conjunto de pontos, linhas e áreas que dão origem ao espaço urbanos, podendo ser abordada de acordo com as percepções de seus habitantes. Em termos gerais, um conjunto de diferentes formas de uso das terras, onde, ocorre a concentração das atividades comerciais, industriais, e residenciais etc.

Corrêa (1995), define espaço urbano como um espaço fragmentado, articulado, reflexo de interesses e condicionamentos sociais, um conjunto de símbolos e campos de lutas. Os principais agentes responsáveis pelas produções e transformações que ocorre no espaço urbano são os proprietários dos meios de produção que são as indústrias e as grandes empresas e o comércio. Esses grandes proprietários industriais e as grandes empresas comerciais são, grandes consumidoras do espaço em razão das suas atividades, esses proprietários utilizam terrenos que consideram baratos e amplos e de fácil acessibilidade, próximos a rodovias, ferrovias etc.

As cidades têm um papel essencial nas transformações e nos processos de produção. É nelas que há as relações de trocas e produção de mercadorias, onde há a reprodução social e todas as ações expressa pela sociedade. A cidade vai sendo modificada de acordo com as necessidades e interesses expostos frente a elas.

Na modernidade esses avanços se tornam mais acelerados em virtude dos interesses voltados ao capital que visa a produção em grande escala em vez da qualidade final do produto. Segundo Carlos (2018), a aceleração nas mudanças espaço-temporais ocorre a partir do avanço da globalização, a vida com isso passa a fluir a partir do tempo que, com a velocidade da técnica passa produzir sua abstração.

Com o avanço da globalização a propriedade privada se expande nos setores urbanos, e a partir do processo de renovação, o espaço urbano se torna objeto de consumo. O espaço público segue a lógica estabelecida pelo valor de troca se tornando assim cidade mercado. Nesse

sentido, os centros urbanos passam a ser ocupados pelo setor de consumo e há o surgimento de áreas periféricas, as quais são ocupadas pelos trabalhadores que não possuem condições de pagar pelas áreas centrais.

Segundo Carlos (2018) a reprodução do espaço hoje ocorre a partir da interferência do estado com a criação de políticas públicas que se articulam em prol do processo acumulativo do capital, que a partir dos avanços e transformações do processo de produção se dirigem aos novos setores da economia. Esses novos setores surgem como alternativa para superação da crise econômica, pois, até então a economia era centrada nas indústrias e com a crise houve a necessidade de implantação de novas atividades econômicas, como atividades comerciais.

Nesse contexto surge o mercado imobiliário, que segundo Carlos (2018), atua no espaço urbano, produzindo um setor residencial voltado para classe alta e média, ocupando os centros urbanos com introdução do comércio e construções de prédios empresariais e realizando estratégias de revitalização das áreas ocupadas nos centros em prol do consumo do lugar. Essas renovações, no entanto, acabam por expulsar dos centros urbanos os que não estão aptos a pagar por esse espaço.

Essa renovação/revitalização não busca atender a classe menos favorecida, que não possui condições de consumir esses espaços, atraindo apenas os que possuem capital e estão dispostos a pagar pela valorização dessa área. Segundo Carlos:

A revitalização produz a “asepsia dos lugares”, pois o “degradado” – mote no processo de revitalização - é sempre o que aparece, como o pobre, o sujo, o feio exigindo sua substituição pelo rico, limpo, bonito e atraente, recriando as particularidades do local (reais ou fictícias) que não condizem com a pobreza e que passam a atrair uma parcela da população que pode pagar para consumi-lo. Aqui a reativação do uso/função do centro reativa o processo de valorização. (CARLOS,2018, p.10)

Logo, pode-se associar essa situação com as retiradas dos camelôs e vendedores ambulantes do centro de Feira de Santana e transferência deles para o shopping popular. Essa renovação, segundo o governo local, teria como objetivo favorecer essa categoria, os pedestres e os comerciantes. No entanto, a criação do shopping popular numa parceria público/privado evidencia que na prática a gestão pública e o setor privado andam numa via de mão dupla e em sua maioria os planos de revitalização surgem como meio de valorização e acumulação do capital.

Feira de Santana, localizada no estado da Bahia, teve sua origem a partir de uma fazenda denominada Fazenda dos Olhos d’água, a qual se transformou em um povoado onde foi erguida

uma capela que atraiu a população para residir em suas imediações dando origem a uma pequena feira. Deve-se ressaltar que o desenvolvimento desse povoado ocorreu a partir do comércio e criação de gado entre o litoral baiano e o sertão.

Por este município passam três importantes rodovias brasileiras que são fundamentais pois faz a ligação entre as regiões norte, nordeste, sul e sudeste do Brasil. E segundo Araújo (2005) esse eixo foi decisivo para o desenvolvimento urbano e crescimento econômico da cidade da cidade, a qual é a sede administrativa do município, onde está localizado todos os serviços essenciais como hospitais, clínicas, escolas e universidades.

Segundo Araújo (2005) a década de 1970 foi decisiva para Feira de Santana enquanto espaço urbano, foi nesse período que ocorreu várias transformações que tiveram como resultado a mudança na dinâmica da cidade. Essas alterações foram decorrentes dos interesses local e regional, destacando a posição em que a cidade se encontra dentro do estado.

Deve-se ressaltar que a cidade possui como base econômica a atividade comercial e principalmente o setor informal. Ela ainda é considerada um centro de convergência regional, pois, de acordo com Freitas (2009), concentra uma alta quantidade de bens e serviços tendo como base as atividades industriais e comerciais. O centro industrial contribui para que o município ocupe o centro da posição de comando na sua microrregião geográfica que compõem a mesorregião do centro norte baiano e é composta por 23 municípios.

Neste contexto tem-se a área delimitada para a realização do estudo que foi a Avenida Senhor dos Passos, a qual se tornou Avenida no final do século XIX e foi ocupada nesse período pela elite política e econômica. Com o avanço da industrialização e as mudanças socioeconômicas no ano de 1960, ocorreu uma transformação nesse espaço, quando os modelos de imóveis antigos foram substituídos pelos que atendiam as demandas comerciais.

A partir dos avanços e reordenação do espaço decorrente do crescimento do comércio e avanço do setor industrial entre os anos de 1960-2000, houve a mudança da feira livre para o centro de abastecimento, onde alguns feirantes retornam em locais pontuais com o tempo, e os camelôs passam a ocupar as ruas onde antes predominava a feira e com o avançar dos anos houve o crescimento do setor informal no centro urbano e em toda a cidade.

No ano de 2013, a gestão pública, lançou um plano o qual tinha como objetivo a requalificação do centro comercial da cidade de Feira de Santana, denominado de “Pacto de Feira”. Que segundo a gestão, foi fruto de conversas entre as entidades e classes representativas

da economia local. Esse pacto visava a realização de obras de impacto na infraestrutura das ruas, calçadas e praças que se encontrava no centro comercial da cidade a exemplo da avenida senhor dos passos, cuja requalificação tinha como um dos seus objetivos a padronização das barracas dos camelôs ao longo do calçada das ruas. Aqui a proposta de Ordenamento Territorial estabelecida pela gestão atendeu o interesse da categoria, bem como com essa ação todas as esferas que atuam nesse espaço seriam contempladas.

Já no ano de 2014, o projeto apresentado recebeu modificações e em vez de haver a padronização das barracas e organização delas nos calçadas, o pacto de requalificação do centro comercial de Feira de Santana passou a ter como objetivo promover o reordenamento do centro comercial da cidade, retirando os camelôs e vendedores ambulantes da Avenida Senhor dos Passos e ruas adjacentes. Houve nesse período o lançamento do Shopping Popular denominado como “Cidade das Compras” o qual foi inserido em várias cidades brasileiras e possuía um custo de R\$ 30 Milhões e o município teria que investir 25% desse valor, ou seja, esse projeto ocorre através da parceria público- privado. Ao analisar essa situação, fica evidente o que Carlos (1995) aponta sobre o espaço Urbano ser reflexo do interesse dos interesses da classe dominante o qual todas as ações impostas tem como objetivo principal a acumulação de capital

Segundo informações obtidas através da propaganda referente ao Shopping popular, (figura 4), ele é inspirado em uma filosofia do sudeste brasileiro a qual considera a retirada dos camelôs das ruas e propõem a inserção deles no comércio legalmente formal. A propaganda ainda afirma que o shopping é fruto do diálogo da união entre a esfera do poder público com todas as forças vivas e atuantes da economia local, também representada pelas entidades de classe no projeto “Pacto de Feira”.

O que passa a ser contraditório com as ações que foram movidas pelos Camelôs durante o processo de construção do espaço, denunciando aspectos que fugiam dos seus interesses e não eram atendidos pela gestão municipal. Baud, Bourgeat e Bras (1999) em seu escrito evidencia que a proposta de Ordenamento territorial deve atender a todas as categorias existentes na sociedade e não favorecer apenas parte dela.

Após a aprovação do projeto e construção do shopping popular (figura 5), teve início no dia 17 de setembro de 2020 as retiradas das barracas dos camelôs das Ruas Hermínio Santos e Recife, havendo uma suspensão da ação no dia seguinte pelo Tribunal de justiça através do



decreto 11.728/2020, expedido pela prefeitura. Ainda assim, no dia 23 de setembro de 2020 houve a retirada das barracas na Avenida Senhor dos Passos. Segundo a entrevista fornecida pelo secretário ao G1 não houve resistência, entretanto, as retiradas ocorreram no horário entre às 5h-7h.

Figura 1 - Shopping Popular após construção já com a presença dos camelôs



Fonte: Teles, 2020

Através de vídeos e notícias divulgadas nas mídias ao longo da construção do shopping houve várias discussões acerca das retiradas, principalmente resistência, pois, para ter acesso ao espaço no shopping deve ser feito o pagamento de um aluguel, além do local não possuir box suficientes para atender a demanda de camelôs existente na cidade. Foram realizadas ainda manifestações (Figura 6), dias antes da ação visando a não retirada, destacando ainda o período da pandemia em que esses locais eram a fonte de sustento de vários trabalhadores.

Figura 2- Manifestações dos camelôs em prol dos seus direitos e permanência no centro da cidade.



Fonte: Movimento dos camelôs, 2019

### 3.1. MUDANÇAS NA DINÂMICA DA AVENIDA SENHOR DOS PASSOS

Com a construção do shopping popular e a inauguração para uso, houve várias transformações na dinâmica territorial da cidade de Feira de Santana. Neste contexto, antes da



existência do shopping os camelôs e ambulantes encontravam-se nas ruas da cidade. O que evidencia o que Souza (2013), fala sobre as posições estratégicas onde os camelôs comercializam os seus produtos, que são áreas com maior circulação da população.

Em novembro de 2019, a pedido da defensoria pública foi realizada uma contagem referente a quantidade de camelôs e vendedores ambulantes presentes nas ruas e avenidas do centro da cidade (Tabela 1), onde foi possível totalizar cerca de 952 camelôs e 414 vendedores ambulantes.

Tabela 1 – Estimativa dos camelôs e vendedores ambulantes nas ruas, avenidas e praças de Feira de Santana, Bahia, no ano de 2019.

RUAS/AVENIDAS/PRAÇAS	CAMELÔS	AMBULANTES
Rua Marechal Deodoro	311	98
Rua Recife	63	78
Rua Leonardo Borges	55	1
Rua conselheiro Franco	38	40
Rua Vitorino Gouveia	29	2
Rua Barão de Cotegipe	26	10
Rua Olímpio Vital	26	15
Rua Sete de Setembro	10	6
Rua J.J. Seabra	10	17
Rua Visconde do Rio Branco	7	14
Rua Carlos Gomes	3	19
Avenida Senhor do Passos	225	36
Praça Tropeiro	56	7
Praça Nordeste	37	
Praça Bernardino Bahia	28	67
Praça da bandeira	28	4
<b>TOTAL</b>	<b>952</b>	<b>414</b>

Fonte: Contagem Parcial de camelôs e Ambulantes do centro comercial de feira de Santana/BA, Universidade Estadual de Feira de Santana, Incubadora de Economia Popular e Solidária, Pesquisa de campo, 2019.

Neste contexto, é possível observar que no ano de 2019 a Avenida Senhor do Passos era ocupada por 225 camelôs e 36 vendedores ambulantes. Esses trabalhadores buscavam nesse espaço obter recursos para manter a subsistência das suas famílias e contribuir de forma significativa para a economia da cidade e da região. É possível identificar que em algumas áreas o fluxo desses trabalhadores era mais intenso do que outros, como pode observar que a Rua Sales Barbosa é o espaço com maior quantidade de camelôs com 311, seguindo da Avenida Senhor dos Passos que é a segunda área com maior quantidade. O espaço com menor quantidade de camelôs é a Rua Carlos Gomes com 3 camelôs e Rua Visconde do Rio Branco com 7 camelôs.

No dia 12 de março de 2021, foi realizada uma visita na Avenida Senhor dos Passos, área a qual o estudo foi realizado. É notável a diferença do espaço após a retirada dos camelôs e a tentativa de retirada dos ambulantes. A área visitada e fotografada foi da loja maskate até a loja Rommanel. Deve se destacar que a Avenida se encontrava em obras, onde estão reformando as calçadas, local que antes era ponto dos camelôs.

Em comparação com a organização antiga dessa avenida, há uma diferença ao observar o antes da retirada, que ocorreu no mês de setembro de 2020, onde os órgãos públicos se aproveitam do contexto pandêmico para realizar o reordenamento territorial da área, em relação com a situação atual em que esse espaço se encontra. A calçada que antes era repleta de barracas ao longo de toda a avenida e de circulação de várias pessoas, hoje apresenta aspecto de vazias, ou seja, além da ausência das barracas há a diminuição da circulação da população.

Figura 3- Antes e depois da retirada dos camelôs da Avenida Senhor dos Passos, área em frente a C&A.



Fonte: Esquerda: Teles, 2015; Direita: Arquivo pessoal, 2021.

Outro fator que chama atenção é que mesmo com a retirada das barracas ainda é possível observar a presença e circulação das pessoas com suas mercadorias a exemplo de máscaras, bananas, água, verduras, frutas, roupas e acessórios para celular, utilizando as araras e os carros de mão como ferramentas para vender seus produtos. Pode-se notar um aspecto que Rodrigues (2007), afirma sobre a inserção dos trabalhadores desempregados no mercado informal para sua sobrevivência, nesse contexto, a ausência de pessoas circulando no novo espaço e a ausência de condições para pagar por um box faz com que esses trabalhadores retornem às ruas.

Deve-se ressaltar que há fiscalização nas ruas para a remoção desses trabalhadores e que em partes ocorre de forma agressiva sem nenhuma tentativa de conversação, ocorrendo

agressão, perda dos produtos, quebra e apreensão dos equipamentos de trabalho, a exemplo dos carrinhos que em maior parte são alugados.

Figura 4- Vendedores ambulantes circulando na Avenida Senhor dos Passos com suas mercadorias após a retirada da classe da área.



Fonte: arquivo pessoal, 2021

Logo, a partir da observação desse espaço no atual contexto é notável a diferença do ambiente antes da retirada dos camelôs e depois. Pode-se ainda notar que apesar dos órgãos decretar a saída dessa categoria desse ambiente ainda há a presença e resistência dos vendedores ambulantes vendendo suas mercadorias. Pois, esses trabalhadores em partes, não apresenta condições para pagar pelo espaço no centro de abastecimento e no shopping popular, ou muitas vezes, por conta do fraco movimento no shopping popular, vão para as ruas vender os produtos, uma vez que consegue assim manter sua presença no espaço e a subsistência da sua família.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Logo, o que o estudo buscou, através das pesquisas, análises de dados, visitação da área de estudo e das leituras bibliográficas sobre os conceitos apresentados mostrar a importância dos camelôs e vendedores ambulantes para a cidade de Feira de Santana, uma vez que, o comércio informal é uma das bases econômicas da cidade o qual é responsável pela circulação de capital e das mercadorias. Mostrou ainda que apesar desse destaque esses trabalhadores não são beneficiados com o ordenamento territorial introduzido pela gestão municipal.

Pois, além da taxa de imposto e aluguel dos boxes, o espaço não apresenta condição para abrigar todos os trabalhadores e nem uma infraestrutura de qualidade. Destacando ainda a dificuldade na venda dos produtos pois o espaço apresenta uma reduzida circulação de pessoas, devido a construção se encontrar afastado do centro comercial, local que está localizado os serviços essenciais e há o maior fluxo de pessoas. Destacando ainda, que alguns camelôs vão

para as ruas tentar tirar uma renda diária devido a diminuição das vendas e são removidos em partes de forma bruta pela fiscalização.

Por fim, foi possível observar através da produção do trabalho as precariedades vivenciadas por essa categoria de trabalhadores informais, que encontra nas manifestações de ruas o meio de ser ouvido pela gestão municipal e mesmo assim não consegue alcançar os seus objetivos, como evitar a retirada da classe do centro urbano da cidade. Buscando ainda através de lutas diárias ter melhores condições de trabalho, visto que a existência do shopping popular e o reordenamento territorial elaborado pela gestão em parceria com a empresa privada foi excludente e não favoreceu esses trabalhadores.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. O. **Redes e centralidade em Feira de Santana (BA): o Centro de Abastecimento e o comércio de feijão Dissertação (Mestrado)** – Pós-Graduação em Geografia Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005

BAUD, Pascal; BOURGEAT, Serge; BRAS, Catherine. **Dicionário de Geografia**. Lisboa: Plátano, 1999.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro gráfico, 1988.

BLOG DO VALEME. **TJ manda Prefeitura de Feira parar retirada de barracas**. Disponível: <https://www.blogdovelame.com/tj-manda-prefeitura-de-feira-parar-retirada-de-barracas/>.

CARDOSO, Daniela. Vendedores ambulantes bloqueiam trânsito no centro da cidade durante manifestação. **Acorda Cidade**. Feira de Santana, 10 mar. 2020, Seção Feira de Santana. Disponível e: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/223986/vendedores-ambulantes-bloqueiam-transito-no-centro-da-cidade-durante-manifestacao.html>.

CACCIAMALLI, Maria Cristina. **Setor Informal Urbano e formas de participação na produção**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas-USP, 1983.

CHAHAD, José Paulo Zaetano. Mercado de trabalho: conceitos, definições e funcionamento. In: CORREA, Rosilda Oliveira. Mercado de trabalho informal: um comparativo entre Brasil e Paraná numa trajetória de “10” anos. **Encontro de produção científica e Tecnológica – EPCT**, Campo Mourão, PR, 2009.

CORRÊA, Roberto Lobato. Resumo do livro **O Espaço Urbano**, de Roberto Lobato Corrêa. Editora Ática, Série Princípios, 3a. edição, n. 174, 1995. p.1-16.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O espaço-tempo da práxis urbana na modernidade. **Boletim Paulista de Geografia** v. 100, 2018, p.1-16.



CORREA, Rosilda Oliveira. Mercado de Trabalho Informal: Um comparativo entre Brasil e paraná numa trajetória de “10” anos. **Encontro de produção científica e tecnologia -IV EPCT**, Campo Mourão, PR, 2009

FREITAS, Nacelice Barbosa. Modernização industrial em Feira de Santana: uma análise da implantação do Centro Industrial do Subaé – CIS. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 41, p.139- 160, jul./dez. 2009.

GOULARTE, C. C. **Cotidiano, identidade e memória**: narrativas de camelôs em Pelotas-RS. 2008. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS Marco Antonio Sandoval de; TONETTO JR, Rudinei, **Economia Brasileira contemporânea**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2004. INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). Pesquisa nacional por amostras de domicílio – PNAD: 1997-2006. microdados (compact disc), Rio de Janeiro.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**.

Disponível: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?t=resultados> acesso: 10 de dez. 2020

SALVITTI, A.; et al. **O Trabalho do Camel**: Trajetória Profissional e Cotidiano. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho. São Paulo: 1999, n. 2, v. 1, p. 1-23.

SABADINI, Mauricio de Souza; NAKATANI Paulo. **Desestruturo e informalidade do mercado de trabalho no Brasil**: revista Venezolana de analisis de coyuntura, 2002, Vol. VIII, n. 2, jun. 2002.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: Eduff, 1997.

HIRATA, Guilherme Issamu e MACHADO, Ana Flavia. **Conceito de informalidade/formalidade e uma proposta de tipologia**, Rio de Janeiro: IPEA, 2007 n. 34.

PACTO de Feira aguarda definição de estudo para avançar: O Pacto de Feira foi lançado no dia 25 de fevereiro de 2013, com o objetivo de promover a requalificação do centro comercial do município. **Folha do Estado da Bahia**, Feira de Santana, ago. 2014. Seção Geral. Disponível em: <https://www.jornalfolhadoestado.com/noticias/27691/-lsquopacto-de-feira- rsquo aguarda-definicao-de-estudo-para-avancar>

PACTO de Feira: Prefeito apresenta o projeto do shopping popular de Feira de Santana. **Blog Bahia Geral**. Feira de Santana, 26 fev. 2014. Disponível em: <http://www.blogbahia geral.com.br/geral/economia/2014/02/pacto-de-feira-prefeito-apresenta-o-projeto-do-shopping-popular-de-feira-de-santana>

RODRIGUES, Vivian Machado de Oliveira. **Causas do Avanço do Trabalho Informal no Brasil e Regiões Metropolitanas Brasileiras a Partir da Década de 1990**. FAECO, Santo André, 2007.

RÜCKERT, Aldomar A. Reforma do Estado, reestruturações territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades. Anais. Canoas: **I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades**, 2004.

SANTOS. M. O dinheiro e o território. In: OLIVEIRA, Márcio P.; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Niterói: PPGeo/UFF, 2002.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnóstico político e alternativas. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território**: sobre espaço e poder, autonomia edesenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de, CORRÊA, Roberto Lobato & GOMES, Paulo Cesar da Costa (Orgs.) Geografia: conceitos e temas. 3 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001. p. 77-116

TELES, Alessandra Oliveira. **O comércio informal em Feira de Santana (BA)** : permanências e mudanças. 247 f. : il. Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2017